

RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS NAS RESISTÊNCIAS: a criação da alteridade a partir da violência colonial

Felipe Souza Menezes¹

RESUMO

Neste artigo, partindo do texto literário *Death and The King's Horseman*, traço algumas considerações acerca do processo de criação de uma identidade da alteridade que vai se conjecturar a partir do projeto colonial como a matriz dessa criação. Analiso, também, de que forma a violência é agenciada como o panóptico que vai intermediar a criação dessa identidade, ressonando, dessa maneira, em todos os aspectos políticos, sociais e culturais dessas comunidades fruto da violência do processo de colonização. Conceber o projeto colonial como uma das piores tragédias causadas pelo homem na face da terra é o caminho que traço para entender a criação do outro, do Orientalismo (SAID, 1990). Nesse sentido, além de pensar o desenvolvimento dessa identidade manipulada, é necessário pensar a violência a partir da relação entre língua e cultura no contexto colonial e, conseqüentemente, a ressonância disto na atualidade; e por fim, observar o desdobramento da violência a partir da metáfora da morte, no seu sentido literal, apontando aí o genocídio do povo negro.

Palavras-chave: Violência Colonial. Literatura Afro-diaspórica. Literatura Negra.

1. RABISCOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Pensar a violência como um ato banal, nos dias atuais, principalmente em países colonizados, tornou-se uma rotina que nada difere de qualquer outro assunto trivial do cotidiano. A violência, diariamente, se apresenta nos nossos lares, seja por uma perspectiva aristotélica, aí pensando nos telejornais e nos jornais, ou por uma perspectiva reflexo, debruçando-se aí sobre a conjuntura social de uma dada sociedade. No meio de todo esse caldeirão que se constitui a violência, uma pergunta se inquieta, sobretudo, para o direcionamento dessa teia de ideias: o que é, de fato, a violência? Longe de mim querer-me lançar detentor de uma resposta magna para tal indagação. Entretanto, acho de bom tom e vertiginoso rabiscar algum querer-explicar-sobre quanto à questão da violência.

Segundo o Dicionário Houaiss (2004), a violência pode ser entendida como o

¹ Mestre em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e, atualmente, é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Email: lipesunshine@hotmail.com

“uso de força física; ação de intimidar alguém moralmente ou o seu efeito; ação, frequência, destrutiva, exercida com ímpeto, força; expressão ou sentimento vigoroso” (HOUAISS, 2004, p.762)

Levando em consideração os verbetes obtidos do dicionário Houaiss (2004), nesse espaço de tecimento de pontos, busco entender como se dá o processo de criação da alteridade, tendo como ponto de partida as violências insaturadas com a dinâmica da máquina colonial em solos-de-além-mar. Essa costura de ideias alicerçar-se-á a partir da análise do texto literário *Death and The King's Horseman*, escrito pelo dramaturgo nigeriano Wole Soyinka.

Escrita no ano de 1974, quase uma década e meia após a independência da Nigéria do domínio britânico, *Death and the King's horseman* é uma peça teatral desenhada em cinco atos. Arquitetada na perspectiva do *Teatro Ritual*, o autor traz para o enredo da trama a trágica morte do filho (Olunde) do cavaleiro do rei (Elesin) após a intromissão de um oficial inglês (Pilkings) no tradicional ritual de Egungun - ritual de transição do corpo do plano material para o espiritual, e/ou adoração aos ancestrais. Ao passo em que os pontos vão se encontrando na tragédia, uma série de questões políticas, sociais e culturais, que envolvem as comunidades iorubanas sob o comando da metrópole inglesa no período colonial, são apresentadas, com o intuito de conduzir o leitor, a partir do texto dramático, às ressonâncias do projeto colonial dentro dessas comunidades *outrorizadas*, permitindo-nos perceber as nuances das diversas formas de violências desenroladas a partir das relações coloniais.

Em virtude dos aspectos já mencionados, três pontos se apresentam como fios condutores das elaborações que aqui farei: desenvolver o pensamento acerca do processo de criação do *outro* que se dá com o início do período colonial; pensar a violência a partir da relação entre língua e cultura no contexto colonial e, conseqüentemente, a ressonância disto na atualidade; e por fim, observar o desdobramento da violência a partir da metáfora da morte, no seu sentido literal, apontando aí o genocídio do povo negro.

2. A VIOLÊNCIA COLONIAL E A CRIAÇÃO DO “OUTRO”

Pensar a violência colonial é uma atividade que requer de nós, herdeiros da diáspora negra, muito além das leituras bibliográficas, um trabalho de memoração e reconstrução de memórias. Estas são, muitas das vezes, embriagadas em sangue e apavoramento e atravessam as vivências dos dias atuais, sobretudo, dos povos negros e autóctones, das sociedades colonizadas. Nesse sentido, “a violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los”. (FANON, 1968, p.9)

No final do século XV, o projeto colonial começa a firmar os seus passos no território global. Aquilo que teve início, antes, com o desbravamento dos sete mares, a busca incansável ao caminho das Índias, agora começa a tomar forma, nutrindo-se das relações de exploração de riquezas naturais e da desumanização de indivíduos a partir da escravização e exploração exausta da servidão humana. Nesse contexto de dominação, os enunciados *uso de força física, ação de intimidar, ação, frequência, destrutiva, exercida com ímpeto, força*, juntos, dão forma, percepção e sentimento para aquilo que se configurou em uma das principais violências que sustentava as relações coloniais, tanto em solo africano quanto na diáspora negra nas Américas, a Escravidão.

Nesse sentido, a investida colonial torna-se o princípio estruturador, fundante, daquilo que podemos chamar de processo de criação de uma identidade da alteridade. Em outras palavras, a criação dessa identidade se dá, sobretudo, com a criação do *Orientalismo* (SAID, 1990). Sendo assim, “o Orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” (e maior parte do tempo), “o Ocidente” (SAID, 1990, p.14)”. Essa relação vai se dar, principalmente, sob os seguintes vieses: a criação do “*outro*” em ratificação a minha posição de “*eu*”, hegemônico, no centro das relações globais; a desqualificação desse “*outro*” a partir da sua negação ontológica, perpassando todas as esferas das relações política, social e cultural; e por fim, a imposição de uma cultura eurocêntrica como o paradigma estruturante de todas as relações a serem performadas por esses indivíduos “*outros*”.

Há diversas formas de se pensar a ideia de criação de uma alteridade, contudo, já que estamos tratando do período colonial, tomarei o contexto nigeriano para que possamos elaborá-la.

O domínio colonial europeu, em solo nigeriano, vai configurar o marco do declínio e da devastação do país. Este processo teve início em 1886, com a criação da *Companhia Real do Níger*, pelo governo britânico, a fim de explorar as riquezas mineiras do país e, principalmente, o comércio de africanos escravizados. Entretanto, estes aspectos foram camuflados na falsa pretensão de assessoramento territorial e construção de relações comerciais. Dessa maneira, “ a presença europeia esteve circunscrita ao litoral, mas no final do século XIX os ingleses dominaram todo o país. Em 1914, a Inglaterra unificou administrativamente estes povos, com interesse de aproveitar as riquezas naturais da região, principalmente estanho (VISENTINI, 2011, p.5,6) ”.

Logo após o fechamento do Acordo de Berlim, em 1885, que concedia aos europeus o direito à divisão arbitrária da África, baseado nos critérios econômicos, políticos e geográficos, negligenciando as alianças locais, a Inglaterra criou os *British Protectorates* no Norte e no Sul do país, o que, em 1914, consolidou o seu poder sobre a Nigéria, com a união desses dois polos.

Ao meu ver, é um grave crime qualquer pessoa se impor a outra, apropriar-se de sua terra e sua história, e ainda agravar esse crime com a alegação de que a vítima é uma espécie de tutelado ou menor de idade que necessita de proteção. É uma mentira total e deliberada. Parece até que o agressor sabe disso, e é por essa razão que ele às vezes procura camuflar o seu banditismo com essa hipocrisia tão descarada (ACHEBE, 2012, p.17).

Dado o exposto, a afirmação de uma identidade de alteridade tem o seu pacto consolidado a partir da violência da subordinação desse *outro* (o oriental) em favorecimento do *eu* (o ocidental). Essas relações são vistas, também, no processo de colonização das Américas, envolvendo as grandes potências europeias como, nesse contexto, a Inglaterra, Portugal e Espanha. O processo de outorização se dá pelo dismantelamento das relações existentes desses indivíduos e a reescrita das suas narrativas por esse *alienígena* (SANTOS; MENESES, 2009):

A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia, e é indicada com total precisão no título do clássico de K. M. Panikkar,

Asia and Wester Dominance [A Dominação Ocidental na Ásia] ”
(SAID,1990, p.17)

Seguindo este raciocínio, o Ocidental existe apenas porque, ele mesmo, criou uma narrativa da existência de um *outro*, o Oriental. Entretanto, esta existência só vai ser ratificadora, à medida em que, sobre a existência do *outro*, se possa despojar um fardo que a destitua da sua identidade primária, autóctone, e possa convencê-la a participar do jogo da identidade manipulada.

A construção dessa identidade manipulada vai ser agenciada pelos mecanismos de dominação, tendo início com o regime colonial e o imperialismo, cursando a sua trajetória até às veias pulsantes do capitalismo exacerbado nas grandes metrópoles e nações globalizadas. A entrada no jogo das identidades manipuladas vai constituir o paradigma das alterações das relações sociais, políticas, culturais e religiosas. No entanto, preciso ressaltar que, esse mecanismo, esta mudança imperceptível do estado das coisas não se dá involuntariamente, mas, sim, a partir de um ciclo interligado das relações de dominação: dominação > criação de uma nova identidade > imposição da minha cultura como um mecanismo mantenedor da estrutura. Pensando bem, pensemos este aspecto como linhas de um determinado círculo que a todo tempo se encontram, impulsionadas por uma força epicêntrica condicionadora: e assim temos a criação da identidade da alteridade.

3. LÍNGUA, CULTURA E PODER

A invasão das terras-de-além-mar, naquilo que ficou conhecido como a expansão marítima das potências imperiais europeias, longe de configurar uma amistosa relação entre os povos invasores e os povos autóctones, esse contato, alicerçado nas premissas do colonialismo, foi o estopim para o início do processo de dominação dessas culturas *outras*:

O primeiro aspecto seria a inveja e o subsequente temor e ódio diante das outras civilizações. É o que se depreende das ações desenvolvidas pelos espanhóis e portugueses, e subsequentemente por todos os povos da Europa em geral, frente aos valores das civilizações da África, da Ásia e das Américas. (LUZ, 2017, p.114)

A auto-investidura do poder, por parte desse *alienígena*, vai causar transformações nesses espaços que mudará todo o curso das dinâmicas já estabelecidas. É a partir desse traço, de transformação, que gostaria de pensar as relações de língua, cultura e poder.

Como já falei anteriormente, a criação de uma identidade de alteridade vai se dá pelo agenciamento de uma série de mecanismos de poder que vão agir a favor desse epicentro impulsionador. Dessa maneira, a cultura, também, constituirá uma ferramenta *softpower* que vai agir em função da continuidade dessa engenharia. Este caráter *soft*, macio, se deve, sobretudo, à imensidão imensurável em que esta ideia de cultura pode se alastrar. Em outras palavras, a cultura vai ser, em si, toda a performatividade daqueles indivíduos invasores em terras usurpadas: a língua, as vestimentas, a religião, as formas de governo, as formas de relações (tanto no convívio social, quanto nas relações afetivas, sexuais), a política, etc.

Por todos esses aspectos, pensar a ferramenta cultura, no período colonial, é ir ao encontro da violência na sua forma mais visceral; pois, são nessas nuances de transições impostas que a gente pode perceber o processo de subalternização do *outro* e desqualificação de suas identidades e práticas genuínas.

Um exemplo ilustrativo, na peça *Death and the King's Horseman*, para pensarmos este aspecto é a figura do personagem Joseph. Dentro do jogo das relações, Joseph é um jovem iorubano que “cedeu” à violência do sistema colonial. Subalternizado na figura do mucamo, sua constante presença na casa dos Pilkings é marcada por uma servidão animalizante. Não obstante, o rapaz também sucumbiu à fé cristã (de onde, claramente, vem o seu nome de batismo), agora, além de servir como uma chave transitória, entre as duas culturas, a favor do oficial distrital inglês, há uma reconfiguração espacial da perda, da desqualificação, que é percebida pela performatividade do personagem em relação à sua comunidade, como também ratificada pelos insultos que são a ele dirigidos pela figura do colonizador, o Pilkings.

O jogo das relações, fruto da cultura, é sempre posto, no cenário da violência declarada, também, como uma forma desses indivíduos fugirem dessa violência. A respeito disso, é o que podemos pensar a partir da assimilação; dito de outro modo, eu me junto aos meus opressores, repetindo todas as práticas opressivas, para não

sofrer mais opressão. A respeito desse aspecto, podemos pensar a figura do sargento Amusa. A patente militar inglesa vem carregada de uma representatividade cultural naquele espaço. Além de revelar a submissão pela “troca de lado”, há um aspecto de poder, dominação, subjugação que se materializa no arsenal bélico. Mais uma vez, a gente vai percebendo o envenenamento que é causado pelo colonialismo, os abismos que são abertos a custo das violências.

Levando em conta o que já foi observado até aqui, é trivial que

todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (FANON, 2008, pg. 34)

Assim, detenho-me agora a esse caráter da linguagem para pensar o uso da língua nesse contexto de subalternização.

A língua no período colonial vai desempenhar uma função muito importante, pois, assim como os outros mecanismos, ela se constitui, também, como mais uma ferramenta de forjamento dessa alteridade; e, assim sendo, contribuirá para a permanência do sistema opressor.

A imposição das línguas europeias, nas colônias, se deu de forma heterogênea. Entretanto, o papel desempenhado pela religião, nesse contexto, foi de extrema importância para o alcance desse objetivo.

Quando chegou a minha vez de ir à escola primária, em 1936, já não havia professores missionários como Miss Warner, Nesse nível de ensino, a educação estava toda a cargo de professores nativos; mas o legado das surras inclementes permaneceu, com uma pequena alteração apenas. Não se levavam pauladas por rir de um erro, mas por cometê-lo (CHEBE, 2012, p.19)

No Brasil, por exemplo, a Política Pombalina, no ano de 1750², é considerada o estopim da não consolidação de uma língua “genuinamente” brasileira no contexto colonial. Contudo, o logradouro do sucesso se deveu, maiormente, ao trabalho operado pelos jesuítas nas missões de sementeira e alcance das pobres almas pagãs para o nosso senhor salvador. Outro caso, um pouco similar, foi o que

² https://www.historiadobrasil.net/brasil_colonial/periodo_pombalino.htm

aconteceu com os negros escravizados no território estadunidenses. Nesse contexto, o protestantismo foi um divisor-de-águas nas relações senhor e escravo, isso porque a religião era/é, também, mais um suporte para o discurso psico-persuasivo na manutenção do racismo e subjugação do povo negro. Não obstante, vale ressaltar que, apesar dessas narrativas delineadas, a violência colonial e escravista, em si, foram as principais responsáveis por esses glotocídios, e, no caso dos países africanos, a elevação das línguas colônias ao status de língua oficial em detrimento das línguas autóctones, relegadas ao posto de dialetos africanos.

No já referido texto literário do Wole Soyinka, este aspecto linguístico é um componente que aferventa o texto literário, pelos seguintes motivos: o texto, majoritariamente, está escrito em língua inglesa – o que nos abre margens a pensar uma série de características sobre a posição política do autor (que é iorubano); apesar da predominância inglês, há, também, uma tensão com a língua iorubana que deságua na riqueza do texto; e, não menos importante, a língua iorubana não se apresenta de uma forma secundária, mas constitui a essência do texto, uma vez que é a cultura iorubana que rege as relações no texto, logo, a língua do colonizador passa a ser um meio, e não a fonte.

Por outra via, tomando a materialidade textual para pensar o período colonial e esse processo de *outrorização*, a gente percebe como a inserção da língua inglesa, (nesse caso) no contexto social da comunidade, causa rompimentos que se dirigem, principalmente, ao agenciamento das as relações sociais.

Quando comecei a aprender as minhas primeiras palavras de inglês na escola, eu queria, naturalmente, testar os meus conhecimentos lendo os vários cartazes pendurados na parede de casa. Lembro da dificuldade que tive para identificar “ Right Wrong”. Eu ficava imaginando o que seria aquilo, afinal – certo ou errado? Creio que até a séria Miss Warner iria sorrir com meu problema com os substantivos e os verbos em inglês (CHEBE, 2012, p.20).

Isso é muito claro durante todo o texto: Joseph é o mucamo que domina a língua por conta da proximidade da vivência com a família; as mulheres da vila usam o inglês imitado para zombar o sotaque britânico tão esperado; Olunde é a figura central da representação dessas duas culturas, principalmente, em termos de língua, pois, passou um tempo estudando medicina na Inglaterra; e, por fim, Amusa é

aquele que escorrega no seu *British English*: “AMUSA I am tell you woman for last time to commot my road³./ The government say dat kin’ting⁴ must stop (Wole, 1313,1314)”.

Os reflexos dessas imposições linguísticas têm sua repercussão e afetação marcadas na atualidade, principalmente, devido ao racismo que se consolidou como estruturante das relações nas sociedades colonizadas. É nesse sentido que, por exemplo, voltando ao caso brasileiro, a sociedade é, linguisticamente, fracionada, transparecendo os diversos tipos de variantes linguísticas de acordo com cada nível social. A variante popular e/ou vernacular, fruto da *transmissão irregular* (LUCCHESI, 2012) escorrega das bocas pretas e pobres e são rechaçadas nos contextos sociais e nas instituições escolares. Por outra via, as normas padrão, culta deslizam nos falares brancos e melindrosos, assegurando a uma minoria a manutenção de privilégios e soberania, costeados pelo sangue negro escravizado desde o período colonial. Em se tratando dos Estados Unidos, o mesmo processo se desenvolve com a variante da língua inglesa denominada de *Black English*.

Dessa maneira, o atingimento das questões sociais pela reconfiguração linguística dessas sociedades será visível, também, no abandono de costumes e tradições, se pensarmos, principalmente, nos contextos africanos, onde haverá um abandono e desvalorização da transmissão de conhecimento pela oralidade (o que antes se constituía a regra) em favorecimento das formas de produção de conhecimento advindas dos livros, da escrita, das formas de fazer ciência ocidentais:

O aparecimento da palavra impressa provocou significativas alterações no sistema de ensino. O livro passou a ser simulacro da verdade. Não pelo conteúdo que expressava, mas pelo exercício que exigia de fragmentação do corpo (LUZ, 2017, p.199).

A criação científica não ocidental, acompanhada das produções epistemológicas, nesse glotocídio arbitrário, foi decapitada ou condenada a capengar até a chegada de uma *Wakanda* libertadora. Isso porque essas formas de produção, outrora vinculadas com os ritos litúrgicos, os costumes tradicionais, a língua materna na sua plenitude de cultura autóctone, foram obrigadas a ceder o

³ Come out my road.

⁴ That kind of thing.

lugar a uma forma de dizer que se põs universalizante, “ a verdade única das coisas”.

A partir desses aspectos, a gente pode levantar questões como a substituições dos hábitos cotidianos, a cooptação e assimilação voluntária ou involuntária dos indivíduos, a perda dos significados devido a ineficiência ou insuficiência de uma determinada língua corresponder a uma determinada coisa, cosmovisão, de uma outra língua.

Apesar dessa conjuntura, nada favorável aos pretos de cada dia na diáspora afora, uma outra característica importante desse processo de imposição linguística foi a resistência. É trivial que, embora, em alguns contextos, algumas línguas maternas conseguiram conviver com a invasão e usurpação das línguas europeias, a maioria das línguas autóctones sofreram com o recalque. Entretanto, ao longo do tempo, instalou-se um movimento de apropriação dessa língua intrusa, a partir de uma perspectiva de reconstrução e ressignificação. O que quero dizer é o seguinte, a consolidação dessas línguas imperiais em solos-de-além-mar, mesmo com todo o esforço empreendido pela máquina colonial, não se deu de modo exatamente satisfatório. A tentativa de apagamento e extermínio dos traços característicos das línguas dos povos que ali já habitavam ressonou na reconstrução linguística dessas línguas imperiais, fazendo aparecer cada peculiaridade, as nuances das renegadas. No caso do Brasil, por exemplo, o que se convém chamar de Língua Portuguesa Brasileira, diz Lucchesi (2012) que

as condições particulares da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo geral e duradouro de criouliização do português, apesar das similiaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agroexportadoras do Caribe onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil. (Lucchesi,2012, p.250)

Essa reconstrução apontada pelo professor Lucchesi (2012), denominada de processo de transmissão linguística irregular, nos deixa indícios dos nossos

antepassados, sobressaindo, ainda que involuntariamente, a reconstrução de uma memória, a altivez desses povos e, sobretudo, a sua resistência, o desejo de não serem esquecidos, mas de viver num eterno recordar-reexistindo.

Estes aspectos da resistência e apropriação estão postos, também, na obra de Wole Soyinka. Observando de uma perspectiva macro, a decisão por uma escrita em língua inglesa reside no fato da abertura para o campo de leitura (fato que, com o iorubá, a possibilidade de alcance não seria tão vasta); por outro lado, este inglês é um inglês de apropriação, como bem observado pelas incisões feitas da língua iorubana no seu corpo estrutural, no seu uso (aí, podemos pensar nas interferências fonéticas, fonológicas, gráficas e lexicais que a língua iorubana impõe a essa língua inglesa). Por outra via, ampliando a lente de observação, na peça *Death and The King's Horseman*, o jogo com a língua se dá, maiormente, do uso da língua (inglesa) como ferramenta e não como a agenciadora do produto. Esse jogo abarca as características supracitadas, no entanto, essas incisões são feitas a partir da inserção dos cânticos, dos nomes iorubanos (que a língua inglesa não dá conta no seu processo representativo), dos rituais, e da própria temática em si que é o delineamento da violência colonial.

Como bem discorrido no trecho supracitado, o caráter da resistência está presente no tomar para si e recriar. É o que a gente percebe, sobremaneira, nas diversas formações linguísticas crioulas, nas ilhas caribenhas, como no caso do Orloff senegalês, do Black English norte americano, de modo geral, as interferências fonéticas, morfossintáticas das línguas autóctones na reconstrução da língua da metrópole.

Em virtude do que fora observado, um outro ponto interessante, e que não pode passar despercebido nesse nosso palavrear, ainda ligado à questão da resistência, são as maneiras reacionárias, advindas, sobretudo, dos movimentos/teorias Pós-colonial e Decolonial (ASHCROFT, 1989; BABA, 1998) que marcam os usos dessas línguas nos contextos sociais atuais e, quiçá, de tempos passados. É nesse sentido que o dramaturgo senegalês Diol Mamadou⁵ nos chama a atenção para os atuais movimentos em prol da oficialização das línguas africanas,

⁵ Fala feita no Encontro de Fazedores de Teatro: Conexão Salvador-Senegal, na cidade de Salvador, em 06 de março, de 2018.

como também a importância da circulação de produção cultural ou de qualquer outro gênero em língua materna. Apesar disso, podemos apontar, também, as rasuras epistemológicas no cenário linguístico feita por escritores como o Wole Soyinka, Langston Hughes, Toni Morrison, Feva Ambridge, ao adoçar a boca dos seus personagens com uma língua que lhes diga respeito, lhes represente em amplitude, ou ainda, que seja um uso denunciativo, corrosivo, no sentido mais resistente da palavra.

4. A QUEM É PERMITIDO MORRER?

Pensar a escravização dos corpos negros africanos e o seu povo negro na diáspora é, sobretudo, pensar o grau de valoração que atribuímos a determinadas vidas; valoração no sentido quantitativo, o que é valioso e o que não é. Essa percepção mercadológica, capitalista, já vinha sendo aplicada desde os primórdios das colonizações, acompanhadas pelo imperialismo das nações europeias sobre o *outro* exótico, o *outro* que se reafirma como ponto central, um *outro* orientalizado (SAID, 1960).

O naufrágio do navio europeu Titanic, na rota transatlântica que seguia de Southampton, na Grã-Bretanha, para Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1912, e provocou a morte de mais de 1500 pessoas, foi considerado uma das grandes catástrofes do século XX [...] Lendo, genealogicamente a catástrofe do Titanic em correlação com o texto mais atual da SOLA, datado de 1988 (coincidente com o cenário brasileiro de abolição da escravatura, flagramos o mesmo fator enunciador da permanência de fuga da norma, ativador da irracionalidade 'humana' que produziu a maior tragédia transatlântica que já se teve notícia, durante quatro séculos, nos ciclos de tráfico de 10 a 20 milhões de pessoas africanas escravizadas pelo projeto colonial e imperial de diversas nações europeias. Diante da catástrofe a UNESCO declarou, em 1998, o dia 23 de agosto, como o "Dia Internacional de Recordação do Tráfico de Escravos e de sua Abolição". Extraordinariamente flagrante é a diferença de reações internacionais 'humanistas' às duas catástrofes mencionadas (Carrascosa, 2017, p. 17,18,19)

A apresentação dos fatos históricos aponta a uma nitidez quanto à valoração de que comecei falando nessa seção. Compulsoriamente, vem-me o seguinte

questionamento: a quem é permitido morrer? A resposta para essa pergunta são os dados que compõem esse texto, daqui para frente.

O processo de criação de uma identidade da alteridade, iniciado com as expansões marítimas e o projeto colonial não pode ser entendido como uma atividade terminada, desprovida de qualquer implicação. Contrariamente, é preciso entender que a estrutura gestante desse modelo de subalternização e apagamento de subjetividades tem o seu *modus* operante ativo; como também, esta forma original, ao longo do tempo, vai servir de base para o desenvolvimento de novos modelos de servidão humana, sob a falsa premissa do fim dos projetos de colonizações e agenciamento da escravidão humana. Como já disse anteriormente, a criação da identidade de um *outro*, não pode ser compreendida sob uma perspectiva do acabado; sobretudo, porque esse modelo continua operando nas estruturas do capital, arraigado na herança maldita. Assim sendo, se tentássemos traçar uma lista de todas as consequências dessa identidade manipulada, com certeza, levaríamos muito tempo para fazê-la. No entanto, gostaria de discutir um ponto que é essencial nesse cenário de dominação e que se apresenta como uma dessas consequências supracitadas: o genocídio do povo negro.

Pensar a morte nos contextos de dominação é, primeiramente, pensar em quem é o detentor do poder em determinada circunstância. Nesse sentido, o projeto de extermínio do povo negro tem a sua nascitura e arquitetura no auge do Escravidão orquestrada pelo projeto colonial. A subalternização desses corpos, dessas subjetividades se inscreve no escopo da violência desmedida que só vai ser possível sob o viés do controle da vida do *outro*, da morte.

Dito isto, o que vai traçar esse percurso de extermínio do povo negro são os diversos mecanismos de controle político, social e cultural - que se reinventam ao longo do tempo - sobre esses indivíduos.

A primeira onda sangrenta vai se constituir nas travessias entre o Atlântico e as Américas no período da Escravidão. A violência da subalternização se desdobra na mortandade indigente que assola o fundo dos navios negreiros, alimentando todo um oceano da carne que foi barateada no processo de construção de uma identidade *outrizada*. O poder bélico, sempre foi a característica definidora nessa empreitada de animalização, caça aos indigentes. Por outro lado, os cortes

esculpidos pelas chibatas, o estupro que rompeu com a flor da pele, reverberando no trauma secular, o uso da força humana à exaustão das células desordenadas, todos eles trilharam o percurso do encontro com a morte.

A abolição da escravatura, longe de conferir humanidade e dignidade a estas subjetividades cujo direito de existir foi roubado e apagado, configurou o espaço de tempo de consolidação das teorias racistas que sustentavam o regime colonial-escravagista de outrora. A morte, nesse sentido, toma rumos de uma estatização social, alicerçada na escritura das leis brancas. Em outras palavras, a cultura da negação do *outro*, agora, é outorgada pela criação de um Estado, acompanhada do forjamento de leis que deferem a matança desenfreada desse povo. A permissão para a morte do negro, mais uma vez, está condicionada a essa identidade de alteridade, e a arma continua sendo o objeto de des/mediação. A chicotada nossa de cada dia é substituída pelas revistas do sistema, sob a hedge de proteção do capital, a asseveração de um *mundo dos valores brancos* (LUZ, 2017, pg. 107):

O desenvolvimento da burguesia, que começa a controlar a economia através do capital financeiro e de um comércio assentado no valor da acumulação de dinheiro, retoma os valores da Grécia clássica e da Roma imperialista, ambas sociedades caracterizadamente escravistas. (LUZ, 2017, pg. 118)

A subjugação de Tudo pelo valor da acumulação do dinheiro, do capital financeiro é um projeto ocidental eurocêntrico que, como já disse anteriormente, se desenvolve a partir de uma premissa maior: o controle sobre a vida do *outro*. Nesse sentido,

A morte é colocada nesta dramatização-representação, como objeto de consumo. Tenta-se sublimá-la porque se tem pavor dela, pois ela afirma a alteridade, qualifica outro estado, separa o ter do ser, revela ao mundo burguês o vazio de seu existir. (RODRIGUES apud LUZ, 2017, pg.126)

A troca do regime de escravidão por uma escravidão assistida pelo Estado, junto ao encarceramento dos corpos negros, está muito bem apresentado em *A Décima 13 Emenda*⁶. A investida no aprisionamento dos corpos, fora o retorno

⁶ Documentário norte americano, dirigido por DuVernay, no ano de 2016.

capitalista que se tem disso – e o capital é o deus no céu da cultura ocidental -, na maioria das vezes, com trabalho escravo dos detentos,

Como mecanismo disciplinar, opera, entre outros efeitos, uma espécie de ruptura física e simbólica entre o sujeito aprisionado e suas unidades de atribuição de significado a si mesmo como sujeito sócio-histórico: o lugar onde mora, sua família, seu circuito de relações pessoais, suas ocupações, a organização temporal da rotina, as possibilidades de deslocamento espacial, o seu corpo. (CARRASCOSA, 2015, pg. 123)

Dessa maneira, há uma evidência de que o genocídio do povo negro vem sendo feito a partir de várias instâncias, tendo a sua tecnologia refinada a cada passar do tempo. Esse controle da vida do *outro* fica bem expresso ao observar os mecanismos que engendram a trama do texto *Death and the Kings Horseman*.

A morte de Olunde, o jovem rapaz iorubano, filho do cavaleiro do rei, se inscreve na linha da tragicidade. Na impossibilidade do corpo físico do pai para a realização dos procedimentos litúrgicos, circunscrito na ideia de controle da vida do *outro* – aí representado pela colônia inglesa – a partir da transgressão de valores simbólicos (a vida, o pós-vida, a religiosidade, a riqueza), a vida do jovem rapaz se esvai, mas não pela vontade dos deuses ou de um destino projetado desde o *Ori* até as cartas ensaísticas de *Ifá*, mas, sim, pela inveja branca.

5. ALGUMAS PALAVRAS

Em virtude dos aspectos aqui analisados, percebe-se que o processo de criação de uma identidade da alteridade é fruto de uma narrativa eurocêntrica, alavancada com os processos de expansão marítima e colonização, ambos arranjados pelas culturas imperiais europeias. Essa alteridade está alicerçada nas características elencadas por Edward Said (1990) no seu livro *Orientalismo*.

Ainda nesse encadeamento lógico, essa identidade manipulada, criada no intuito da ratificação desse *eu* (oriental) como o epicentro das relações hegemônicas no mundo, vai ser construída a partir da subalternização da cultura desse *outro*. Essa subalternização, por sua vez, formará uma das engrenagens que alimentará este sistema, dando-lhe continuidade, causando rasuras políticas, sociais e culturais

dentro dessas comunidades autóctones. A respeito desse aspecto, a língua é uma das principais estruturas a ser afetada por essa construção da alteridade, principalmente, por ser nela o espaço das interações e operações, de forma mais materializada.

Em face dos dados apresentados, percebe-se que a presença da identidade da alteridade como o *modus-operandi* para instalação do racismo e, conseqüentemente, o genocídio do povo negro (consequências dessa identidade do *outro*) constitui a materialização desse *eu*, o ocidente. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma Europa ajustada aos olhos da perfeição global, nas vistas do *outro* recalcado, é fruto da violência arquitetada, manipulada e condicente, tanto nos tempos de outrora quanto nas horas do dia de hoje.

REFERÊNCIAS

ACHEBE: Chinua. A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BHABHA, Homi. O local da Cultura. Minas Gerais: UFMG, 1998.

CARRASCOSA, Denise. Deixa eu ver sua alma. In: Técnicas e políticas de si nas margens, seus monstros e heróis, seus corpos e declarações de amor: Literatura e prisão no Brasil pós-Carandiru. Curitiba: Appris, 2015. p. 119-161.

CARRASCOSA, Denise. Traduzindo no Atlântico Negro. Salvador: Ogun's Toques Negro, 2017.

EKANEM, F. E. On the Ontology of African Philosophy. International Journal of Humanities and Social Science Invention, v. 1, n. 1, p. 54–58, 2012.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EdUfba, 2008.

HOUAISS, Antônio. Minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: Rosae. Salvador: Edufba, 2012, p. 249,274.

LUZ, Marco Aurélio. Agadá Dinâmica da Civilização Brasileira. Salvador: Edufba, 2017.

ASHCROFT, Bill. The Empire Writes Back. New York: Routledge, 1989.

SAID, Edward. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



SANTOS, Boa Ventura.; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almeida, 2009.

SOYINKA, Wole. Death and the king's horseman. In: GAINOR, Ellen et al. The Norton anthology of drama, shorter edition. New York: W.W. Norton & Company, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O livro na rua Nigéria. Brasília:Thesaurus Editora, 2011.